

Estudos sobre as Mulheres
Género, Sociedades e Culturas

Estudos sobre as Mulheres

Conhecimentos itinerantes percursos partilhados

ORGANIZAÇÃO

Teresa Alvarez,
Teresa Joaquim
Teresa Pinto

CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

FCT  Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Estudos sobre as Mulheres

**Conhecimentos itinerantes
percursos partilhados**

Ficha Técnica

Título Estudos sobre as Mulheres. Conhecimentos itinerantes, percursos partilhados

Organização Teresa Alvarez, Teresa Joaquim e Teresa Pinto

Design Rosa Lapa

Edição CEMRI | Universidade Aberta 2019

Linha de publicação do CEMRI: Estudos sobre as Mulheres | Nº1

ISBN 978-972-674-863-2

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/SOC/00289/2019».

ÍNDICE

Introdução Teresa Pinto, Teresa Alvarez e Teresa Joaquim	4
MULHERES REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS E CONHECIMENTO	7
Género y museos: un proyecto para enriquecer la mirada y educar en igualdad Antonia Fernández Valencia	8
ESTUDOS SOBRE AS MULHERES GÉNERO, SOCIEDADES E CULTURAS. PERCURSOS EM DEBATE	19
História das Mulheres: subversão e desassossego Teresa Pinto	20
Centro e margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco: percursos e questões Anabela Galhardo Couto	31
A Escrita Poliédrica de Ana Hatherly Dalila Maria Teixeira Milheiro	48
As Mulheres e o Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina, Brasil Célia Carmen Cordeiro	54
Contributo para uma leitura sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. O Projeto PAIPA implementado na Guiné-Bissau. Sónia Frias	59
Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências Teresa Alvarez	70
Os percursos da escolha: contextos e condições da decisão sobre a maternidade e não maternidade Teresa Joaquim e Margarida Barros	81
NOTAS BIOGRÁFICAS	90

**ESTUDOS SOBRE AS MULHERES
GÉNERO, SOCIEDADES E CULTURAS
PERCURSOS EM DEBATE**

História das Mulheres: subversão e desassossego

Teresa Pinto

CEMRI / Universidade Aberta

Resumo

Este texto procura partilhar um percurso reflexivo sobre a resistência da História à produção de ressignificações em função de novos conhecimentos resultantes das investigações históricas sobre as mulheres e a persistência de uma transmissão histórica que teima em obscurecer a ação das mulheres nos processos históricos. Após uma breve revisitação dos conceitos de *género*, de *documento/monumento* e de *lugares de memória* e sua triangulação na explicitação do caráter subversivo da História das Mulheres, apresenta-se uma situação exemplificativa de atribuição de novos sentidos a contextos históricos identitários de um Estado, proporcionados por novos dados da investigação sobre o protagonismo político das mulheres na história, e problematizam-se as razões do clima de desassossego por ela gerado.

Palavras-chave: História das Mulheres; ressignificação histórica; D. Teresa de Leão; conhecimento histórico.

Introdução

Este texto reflete uma crescente inquietação que tenho sentido face às resistências que vou encontrando em diversos contextos institucionais quando o conhecimento histórico produzido no quadro da História das Mulheres abala mais fortemente noções enraizadas e naturalizadas, sobretudo se questionarem ou tão-só beliscarem algum dos fundamentos do nacionalismo ou da constituição do Estado político ou, ainda, se contrariarem a crença num *continuum* de conquistas das mulheres e, portanto, na afirmação da igualdade entre mulheres e homens desde inícios do século XX. A ênfase nas *conquistas* das mulheres escamoteia o facto de que, como alerta a historiadora Rose-Marie Lagrave, existe uma espécie de ilusão de ótica “que consiste em imputar a igualdade dos sexos à evolução positiva da condição feminina, esquecendo que ao mesmo tempo a condição masculina igualmente evoluiu” (Lagrave 1995, 505).

O que sempre me estimulou nos Estudos sobre as Mulheres é o seu potencial subversivo e, consequentemente, o seu contributo, relevante e inegável, para o debate teórico e metodológico no seio das várias ciências. No que respeita à História das Mulheres, que é o campo particular em que melhor me movo, interessa-me especialmente o seu contributo para a reconstrução do conhecimento histórico tendo por horizonte o seu compromisso com a verdade, estabelecendo a verdade como projeto. Esse projeto implica a reconstrução da História com H grande, ou seja, uma reinterpretação e uma reescrita da História e não apenas a inserção de informação complementar sobre as mulheres. É o próprio processo de construção do conhecimento que tem de ser revisto, ou seja, é a própria *operação historiográfica* (Certeau¹ 2002/ 1975), nas três dimensões que lhe são atribuídas por Michel de Certeau, que tem de ser radicalmente reformulada.

¹ Segundo o autor, a operação historiográfica articula-se com um lugar social de produção, é uma prática assente em procedimentos técnicos e num aparelho metodológico e, finalmente, é uma escrita.

Ao longo do texto pretendo refletir como o projeto de verdade embate frequentemente em fortes barreiras, alicerçadas em fundamentos pouco científicos, mas enraizados num sistema simbólico socialmente partilhado, defendido por diferentes vias e servindo distintos interesses e que, por isso, mantém a sua posição dominante. Desse modo, os complementos à História (História dos Homens) são bem tolerados e proliferam como presumíveis provas de mudança no *fazer história* (Jacques Le Goff e Pierre Nora 1977-1987), mas a alteração profunda do conhecimento feito, a substituição de uma História dos Homens com histórias de mulheres por uma História das Sociedades Humanas como sociedades sexuadas, encontra muitas resistências porque subverte princípios e valores sustentados num passado histórico fundador.

A História das Mulheres como subversão

A História das Mulheres, para além do trabalho de visibilidade das mulheres e da sua ação em todos os domínios da vida societal, tem sublinhado que a reconstrução do passado é configurada por cada presente a partir dos quadros sociais de que dispõe e da relação de forças entre a afirmação de determinados poderes hegemónicos e a resistência dos poderes silenciados. Por isso é que cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico.

Como lembra Alicia Puleo (Puleo 2004), a história tem sido uma história de vencedores e a posição marginal das mulheres no conhecimento histórico mostra como o discurso histórico é um local de enunciação de assimetrias sociais de género fundadas em relações de poder. A História das Mulheres confrontou a ciência histórica com a incongruência de se manter cega perante metade do seu objeto de estudo, limitandose a ser uma *“demihistoire en quelque sorte”* (Eliane Gubin 1994, 95), sendo que, como declara José Mattoso, *“não só se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto”* (Mattoso 1993, 56).

A História das Mulheres propõe-se alargar o potencial explicativo procurando contrariar a fatalidade de um passado encerrado *“entre a falta e o excesso de memória”* (José Maria Silva Rosa 2006, 220) e reinterpretar a sociedade como um todo. Ao apreender a ação de mulheres e de homens sobre uma determinada realidade, bem como a forma como esta atua sobre umas e outros e conforma as suas relações e hierarquias, a História das Mulheres rompe com paradigmas do conhecimento histórico produzido. Como afirma Irene Vaquinhas, *“não é por acaso que a entrada da história das mulheres e do género na historiografia é considerada como uma das mutações mais profundas da historiografia ocidental desde os anos 1950... Sem dúvida que o continuará a ser”* (Irene Vaquinhas 2018, 118). Revisitando o projeto da obra *Fazer História*, dirigida por Jacques le Goff e Pierre Nora, penso que a História das Mulheres desafia radicalmente a História a *“definir-se como ciência da mudança, da transformação”* (Le Goff e Nora 1977, 14) contribuindo, também, para *“clarificar a história a fazer”* (*ibidem*). Essa história tem forçosamente que romper com a noção de neutralidade e aqui reside o seu carácter subversivo.

Neste processo afigura-se-me fundamental convocar a importância de uma triangulação conceptual que mobiliza o conceito de *género*, o conceito de *documento/monumento* e o conceito de *lugares de memória*.

O conceito de género, na aceção de “*grelha de leitura científica nova*”, nas palavras de Françoise Collin (Collin 1995, 348), é aplicável a todos os domínios do saber e, portanto, não se circunscreve às ciências sociais e humanas. Considerando, como expôs Joan W. Scott, que, “género é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percecionadas entre os sexos” (Scott 1988, 42) e tendo em conta que as relações sociais são historicamente situadas, o conceito de género i) questiona concepções essencialistas, ii) sublinha o carácter instável das categorias feminino e masculino, iii) questiona a intemporalidade da oposição binária entre as categorias M/F e iv) relativiza o peso excessivo conferido ao indivíduo no processo de construção do sujeito. A mesma autora enuncia, ainda, que o género é uma esfera primordial de enunciação do poder, pelo que as diferenças de género, ao corporizarem uma estrutura social hierarquizada repassada por relações de poder, afiguram-se sempre assimétricas. A introdução da dimensão do poder no conceito de género foi fundamental para desvincular a história das mulheres da história social, domínio considerado, à partida, privilegiado para o estudo das relações sociais entre os sexos, mas que deixava de fora áreas como as da política e do poder. A análise da interação dos poderes e dos contrapoderes que constituem a trama do tecido social tornou-se fundamental para compreender como é que historicamente, nas palavras de Françoise Thébaud, “*le pouvoir se dit dans le langage du genre (o poder é dito na linguagem do género)*” (Thébaud 2005, 64).

O conceito Foucaultiano de documento/monumento é fundamental no processo de subversão atrás enunciado porque enfatiza a operação que transforma todos os documentos em monumentos, ou seja, sustenta que qualquer documento só pode ser cientificamente utilizado se for criticado enquanto monumento, o que implica determinar as condições históricas da sua produção e proceder à sua desmontagem e desmistificação (Le Goff, 1984). Examinar cada documento como um monumento pressupõe aplicar princípios e procedimentos oriundos da arqueologia, de modo a encará-lo, não apenas como uma formação discursiva, mas como um *locus* de transformações interdiscursivas, cujas contradições, ao invés de constituírem um problema a superar por via da atribuição de coerência, interessam nos seus próprios termos e no modo como se articulam entre si.

O conceito operatório de lugares de memória (*lieux de mémoire*), desenvolvido por Pierre Nora (Nora 1998 e 1999), é outra ferramenta proficiente na análise das práticas sociais. O seu aspeto inovador consiste em ter deslocado a focagem do passado para a sua reutilização, para os rastros dos acontecimentos e das ações, para a sua manipulação, para os modos como se reelaboraram e se transmitiram, para as ressignificações a que foram sujeitos. A plasticidade do conceito favoreceu a sua adoção em diversos contextos historiográficos. Este conceito permite considerar uma gama infinita de objetos que vão de um local – Aljubarrota – a uma pessoa-memória – a padeira –, de uma noção – geração – a um emblema – o Zé Povinho –, com tudo o que significam simbolicamente no contexto nacional. Os lugares de memória são, como a memória, seletivos e, por isso, os elementos que integram são fruto de uma escolha que, de entre vários possíveis, elegeu e eliminou. Tal é o processo que determina, por

exemplo, a maior ou menor percentagem de mulheres celebrizadas na nomeação de ruas, nos Panteões nacionais, nos Prémios Nobel, nos funerais de Estado, para citar alguns exemplos.

O efeito da triangulação destes conceitos na prática da investigação histórica, ao surtir um triplo questionamento, implica necessariamente uma renovação da *operação historiográfica*, desestabilizando o lugar social de produção, no qual se insere a própria instituição histórica, e as estratégias da prática histórica, introduzindo desvios aos modelos explicativos do passado. O trabalho de desocultação dos “silêncios da História” (Michelle Perrot, 1998) pela História das Mulheres não se limita a dar existência à infinidade de não-ditos da produção historiográfica. O mero acréscimo de informação não implica forçosamente alterações na significabilidade daqueles modelos. O que resulta da aplicação da crítica histórica é a desconstrução da coerência dos modelos e discursos, construída a partir de um uso excessivo daquilo que se rememora, através de um efeito de “*sugestões repetidas*”, na expressão de José Manuel Sobral (Sobral 1998:40), como forma de compensar as lacunas e as omissões. Deste modo, é “insinuada uma falha na coerência científica de um presente” (Certeau, 1987:50) por via de uma alteração na historicização do presente, o que representa um abalo nos fundamentos das sociedades atuais. Acresce que, como postula Michel de Certeau, “a história é sempre ambivalente: o lugar que atribui ao passado é, igualmente, uma maneira de *dar lugar a um futuro*” (*Ibidem*). Esta é a dimensão da História das Mulheres que insinua um clima de desassossego no complexo societal no qual ela se inscreve e “que *permite* somente um tipo de produções e que *lhe proíbe* outros” (*Ibidem*:31). Podemos acrescentar que *lhe impõe* também limites à divulgação de nexos significativos que contrariam memórias, históricas e historiográficas, conformadoras da vida social atual.

D. Teresa de Leão. Um caso de desassossego

Quando a investigação, não só resgata as mulheres da perificidade a que foram votadas, mas logra também questionar a perificidade simbólica do que elas podem representar, provoca um desassossego e enfrenta uma petrificação de discursos hegemónicos e excludentes que validam o controlo do passado pelo poder, um poder que continua a perpetuar a prevalência de modos androcêntricos de produzir e transmitir conhecimento. Se ao nível da investigação histórica novas significações e sentidos suscitam controvérsias e debates, muitas vezes saudáveis, ao nível da história transmitida as novas interpretações podem colidir com as dos poderes instituídos sofrendo os efeitos do respetivo impacto.

São as situações com maior peso simbólico que mais se encontram protegidas por lembranças sucessivas inscritas na historiografia e reproduzidas pelo discurso político, marcado pela necessidade de legitimar com raízes históricas a unidade do Estado e o domínio masculino da esfera política. Inserir-se neste quadro as ações e decisões de mulheres que, no exercício de cargos de poder em diferentes contextos históricos, defenderam projetos políticos divergentes de outros intervenientes políticos, mas cujos atos são interpretados à margem das suas motivações políticas. Temos exemplos, também na História de Portugal, que ilustram como a imagem denegrada dessas mulheres nos continua a ser apresentada com base em razões de cariz irracional e não em argumentos da esfera política. Elas são analisadas como mulheres e não, por exemplo, como rainhas.

Num dos projetos em que estive envolvida, tive a oportunidade de vivenciar essa situação de desassossego, ao introduzir, numa publicação destinada ao ensino secundário, a abordagem da temática “As Mulheres e o Exercício do Poder” a partir de D. Teresa de Leão, no contexto da formação de Portugal, recorrendo aos resultados da investigação mais recente.

Conferir visibilidade à ação de D. Teresa e, mesmo, resgatá-la em parte da imagem negativa que ainda se perpetua em muitas obras, manuais escolares incluídos, e textos que grassam na internet, não coloca muitos problemas. Concretizando, já se começa a aceitar que não colhe evidência histórica a acusação que sobre ela ainda recai, em obras de divulgação, incluindo manuais escolares, de se ter apegado demasiado ao poder, recusando-se a passá-lo a seu filho D. Afonso Henriques, obrigando-o a tomá-lo pela força na batalha de S. Mamede. A rejeição, por falta de fundamento, das versões que afirmam que D. Afonso Henriques teria entrado em conflito com a mãe desde os seus 14 anos, em 1122, e que nessa data se teria armado a si próprio cavaleiro, também não causa muitas objeções. Nos livros de divulgação mais atualizados também já não se condena D. Teresa por traidora ao projeto de autonomia do condado Portucalense por causa das suas relações com um nobre Galego, o Conde de Trava, versão que persiste em manuais escolares dos primeiros níveis de escolaridade. Numa época em que os casamentos no seio da nobreza se estabeleciam com objetivos políticos, a inculpação de D. Teresa de trair o condado por motivos sentimentais evidencia uma interpretação que se baseia na subvalorização da política (estratega e racional) e na sobrevalorização da mulher (influenciável e afetiva), traduzindo uma representação das mulheres como seres instáveis e facilmente manipulados. Este tipo de construção discursiva nunca surge quando o governante é um homem. Como afirma Diva Muniz, “não por acaso, o protagonismo das mulheres e dos feminismos torna-se visível e dizível nas narrativas históricas apenas nos espaços da privacidade, da subjetividade e dos sentimentos” (Muniz 2015, 323). Recorde-se, também, que as representações sobre a domesticidade feminina e a maternidade, que herdámos da sociedade oitocentista, não são aplicáveis ao período medieval (Ángela Fernández Muñoz 2006).

O desassossego instalou-se quando as informações sobre o estatuto e a ação de D. Teresa lhe conferem um protagonismo que pode sombrear a preeminência de D. Afonso Henriques como o grande herói (o herói é por definição único) da constituição do reino de Portugal e da sua independência. Dos projetos políticos de D. Teresa de Leão, mulher de D. Henrique e mãe de D. Afonso Henriques não se fala em manuais e recursos escolares. Constata-se, então, que D. Teresa ou é referida negativamente por alegado abuso de poder, por alegada traição a favor dos nobres galegos ou por se amantizar com o Conde de Trava, ou então é silenciada numa sugerida inação e relegada à inexistência.

Quais foram os projetos políticos alimentados por D. Teresa de Leão que tanto incómodo causaram e parece continuarem a suscitar? Por que razão a abordagem da formação do reino de Portugal, nomeadamente a nível da história contada e transmitida às gerações mais novas, continua a oscilar entre a denigração e o obscurecimento? O problema parece residir no poder que ela efetivamente deteve e que pode sustentar argumentos a favor da hipótese de ter sido ela a primeira rainha de Portugal, como ousou afirmar afoitamente o historiador Marsilio Cassotti, de origem argentina, menos comprometido com os símbolos de poder nacionais, ao intitular um dos seus livros de divulgação histórica *D. Teresa*,

primeira rainha de Portugal (Cassotti 2008). Muitos são os dados novos que têm vindo a lume na investigação dos últimos anos sobre a ação e o estatuto de D. Teresa na sua época, mas convém sublinhar que o protagonismo de D. Teresa é afirmado com muito cuidado na historiografia portuguesa recente.

Que dados convergem no sentido de tornar verosímil a hipótese de que antes de D. Afonso Henriques sua mãe já era rainha de Portugal e que as origens da independência de Portugal se devem também e manifestamente à ação política de uma mulher? Não cabe neste texto uma apresentação exaustiva de todos os factos que envolvem a vida política de D. Teresa de Leão, mas podem destacar-se alguns dados significativos (Teresa Pinto 2017).

D. Teresa era rainha e assim se designou após a morte de seu pai, o rei D. Afonso VI de Leão, porque, segundo o código visigótico, prevalecente na Península Ibérica até meados do século XII, filha de rei era rainha. Como afirma Maria do Rosário Ferreira

(...) o costume autóctone, enraizado nas tradições de certas regiões do norte peninsular, que – em épocas mais ou menos remotas, mas com reflexos na organização social das populações ainda nos finais da Alta Idade Média – parece ter feito incidir nas mulheres e na ascendência feminina as condições propiciatórias do uso do poder soberano (Ferreira 2010:13)

e a comprovar o reconhecimento coevo do seu estatuto, era tratada por rainha pelo Papa. Como comenta a mesma autora, “D. Teresa apoia-se numa sucessão genealógica que não excluiria as mulheres” e cita as palavras que, segundo a Primeira Crónica Portuguesa, proferiu e que traduzem a conceção do direito sucessório em que se baseava: “Minha é a terra e minha será porque meu pai el rei dom Afonso ma deixou” (Ferreira 2011:63). D. Afonso Henriques, nos documentos que produz a partir de 1128, assumindo já as rédeas do Condado, após a Batalha de S. Mamede, refere-se a D. Teresa como Rainha e a D. Henrique como Conde, mostrando como eram naturalmente assumidos os distintos estatutos de que uma e outro gozavam.

Naquele contexto histórico, havia lugar para a representação historiográfica do poder como atributo e prerrogativa de uma mulher que o detinha por direito e o exercia em seu nome pessoal e, por isso, as crónicas coevas de forma alguma contestam a sua legitimidade.

A entrada e afirmação em território hispânico do princípio da sucessão agnática, ou seja, da sucessão reservada a descendentes do sexo masculino (sancionada pela Lei Sállica) está associada à proteção dada pelo imperador Afonso VI de Leão a cavaleiros, monges e clérigos de origem francesa (Matto:2011), entre os quais se integravam D. Henrique de Borgonha e seu primo D. Raimundo de Borgonha, com quem casou D. Urraca de Leão.

É como filha do rei Afonso VI, que D. Teresa disputa com sua irmã, D. Urraca, a posse do reino da Galiza, que ambas pretendem incluir nas respetivas heranças. D. Teresa tem, pois, um projeto político,

que é o da constituição de um reino independente que unisse a Galiza ao Condado Portucalense e que ela e, depois, o seu filho governariam. O Conde D. Henrique, alimentou o projeto de independência do condado durante os seus 3 últimos anos de vida, depois da morte do rei de Leão seu sogro, mas D. Teresa alimentou o seu projeto, mais ambicioso, durante 16 anos, reclamando para si a Galiza com parte da herança de seu pai. O seu projeto implicava gerir dois círculos de apoio antagónicos, o dos barões portucalenses, que almejavam a autonomia de Portugal face à Galiza, e o das famílias da alta nobreza galega, como os Trava, cujo propósito era a reunificação entre Galiza e Portugal.

Após a morte do Conde D. Henrique, em 1112, D. Teresa assumiu o poder e praticou os atos próprios da sua função, governando durante 16 anos (1112-1128) e desenvolvendo uma atividade intensa, diplomática e militar. Diligenciou diplomaticamente junto da alta nobreza galega, de estatuto superior aos barões do Condado Portucalense, para conseguir alianças políticas para a concretização dos seus intentos, bem como junto de arcebispos e do Papa, para manter a autonomia do arcebispado de Braga e para obter o reconhecimento do domínio das terras que ia conquistando aos muçulmanos, para sul. A nível militar foram muitas as incursões e batalhas em territórios a norte e a sul do rio Minho, em que se confrontaram D. Teresa e D. Urraca e, depois da morte desta, em 1126, D. Teresa e o seu sobrinho D. Afonso VII, rei de Leão e Castela. Estes, todavia, assinaram a paz de Ricovado, pela qual D. Teresa, em troca da cedência das terras conquistadas no sul da Galiza, teria recebido do rei leonês, segundo as crónicas, o reconhecimento do título de rainha, categoria que ela já usava após ter sido como tal reconhecida pelo Papa, mas que nesta altura traduzia a irreversibilidade do processo de independência de Portugal.

A paz, porém, não seria muito duradoura, pois, perante a recusa da rainha D. Teresa em prestar-lhe vassalagem, D. Afonso VII invade Portugal em 1127 e cerca Guimarães, episódio que, segundo José Mattoso

“inspirou o episódio central da gesta de Egas Moniz, redigida século e meio mais tarde e que mostra Afonso Henriques como principal responsável pela resistência oferecida a Afonso VII (...) embora a referida gesta altere o sentido dos acontecimentos, ao pressupor uma autoridade pessoal do infante sobre o condado, quando ele apenas agia em nome da mãe” (1993b:56).

O ambicioso desígnio de D. Teresa colidiu com o projeto de autonomia dos barões do condado portucalense, que se foram desvinculando da homenagem a D. Teresa e que aproveitando a situação política favorável após o cerco de Guimarães se congregaram em torno de D. Afonso Henriques. Na Batalha de S. Mamede, em 1128, confrontaram-se militarmente dois projetos políticos. Venceu o da nobreza do norte de Portucale, encabeçada por D. Afonso Henriques, que, nas palavras de José Mattoso “apoderou-se da herança de D. Teresa pela força” (2011:66). Foi vencido o projeto de D. Teresa, de um reino que englobasse Portugal e a Galiza e no qual a alta nobreza galega relegaria para segundo plano os ricos-homens de Entre Douro e Minho. D. Teresa e o Conde de Trava retiraram-se para a Galiza e a rainha morreu dois anos depois.

A derrota de D. Teresa tranquilizou o rei de Leão e Castela, pois D. Afonso Henriques não mostrou intenção de reivindicar a Galiza e, segundo José Mattoso, data de 1140 o primeiro documento em que foi registado com o título de rei, pois até então usou apenas os títulos de príncipe ou de infante. Entretanto, a partir de 1135, data em que D. Afonso VII foi coroado Imperador da Hispânia, ficou legitimada a sua preponderância sobre outras unidades políticas com significativa expressão política na península, como os reinos, pelo que o reconhecimento de D. Afonso Henriques como rei deixou de constituir uma ameaça política e veio a concretizar-se em 1143, pelo Tratado de Zamora. A confirmação Papal, em 1179, consolida definitivamente a independência.

Os dados apresentados mostram que a fundação do reino de Portugal foi, como adverte Maria do Rosário Ferreira, “um processo político que se desenrolou no tempo e não um acontecimento que tivesse tido lugar numa data precisa” (Ferreira 2013:21). A complexidade dos processos e a pluralidade dos protagonistas e respetivas ações que neles intervêm e participam obriga a repensar uma interpretação histórica, nomeadamente na esfera política, assente em protagonismos individuais, (os heróis tão ao gosto das exacerbações nacionalistas), quase exclusivamente masculinos, a cujo vigor, determinação e decisão se atribui o essencial de certos acontecimentos considerados mais marcantes na evolução histórica. Uma análise histórica que alargue o seu espectro de protagonistas decisivos, optando por gerir a multiplicidade, poderá gerar um conhecimento histórico assente numa reinterpretação da complexidade das ações de mulheres e de homens e da sua interação como agentes de poder e de poderes diversos.

A ação política de D. Teresa, exemplificando formas de exercício do poder senhorial e do poder régio medievos no contexto ibérico, evidencia a sua integração nos complexos jogos de poder que se travavam no noroeste peninsular, com avanços e recuos do poder régio e dos processos de feudalização, e o papel enérgico e resolutivo que desempenhou no longo processo político de constituição e independência de Portugal.

Conclusão

Numa primeira fase da História das Mulheres procurou-se preencher os vazios do saber histórico com dados relativos ao passado das mulheres. Essa fase, embora numa perspetiva de aditamento, permitiu tomar consciência de que não só as mulheres tinham história, como era possível ir acedendo a ela através do labor investigativo. Renegada a história pela metade, problematizou-se a razão de ser de uma história das mulheres segregada da dos homens e a perspetiva da história relacional ganhou espaço e questiona o próprio conhecimento histórico, porque, relembrando a afirmação de José Mattoso anteriormente citada, “(...) *esta metade não tem sentido algum sem o resto*” (Mattoso 1993, 56).

A elaboração deste sentido, afinal um sentido mais próximo do projeto de verdade, ou seja, uma resignificação dos sentidos construídos pelo processo hermenêutico, persiste como algo perturbador, um problema. A narração histórica resulta sempre de uma construção seletiva do passado, mas, simultaneamente, compensa as lacunas através de um esforço de atribuição de coerência e, portanto, de

sentido. Deste modo, a metade da história não tem sentido sem o resto, mas foram-lhe sendo atribuídos sentidos, cuja coerência oculta e bloqueia novos sentidos. Este é um dos maiores obstáculos ao impacto sobre a Grande História e, portanto, sobre a história ensinada, do conhecimento subversivo produzido pela História das Mulheres.

Referências bibliográficas

- Cassotti, Marsilio. 2008. *D. Teresa. A primeira rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Certeau, Michel de. 2002. *L'écriture de l'histoire*. 2ª ed. [1ª ed. 1975]. Paris: Gallimard.
- Certeau, Michel de. 1987. A operação histórica. In *Fazer História, vol. 1, Novos Problemas*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora, 17-58. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand.
- Collin, Françoise. 1995. Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia. In *História das Mulheres no Ocidente, vol. 5*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, 315-349. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Maria do Rosário. 2010. Urraca e Teresa: O Paradigma Perdido. *Guarecer on line* (8), [http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer\[1\].pdf](http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer[1].pdf) (acedido em 15 janeiro 2015)
- Ferreira, Maria do Rosário. 2011. Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência. *Cahiers d'études Hispaniques Médiévales* 34: 55-70.
- Ferreira, Maria do Rosário. 2013. O reino de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris, e-Spania* (15), <http://e-spania.revues.org/22317> (acedido em 15 janeiro 2015)
- Gordon, Linda. 1991. What's new in Women's History. In *A Reader in Feminist Knowledge*, ed. Sneja Gunew, 73-82. London: Routledge.
- Gubin, Eliane. 1994. Histoire des femmes, histoire de genre, *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Etudes sur les Femmes*, 2: 89-103.
- Lagrave, Rose-Marie. 1995. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In *História das Mulheres no Ocidente, vol. 5*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, 501-539. Porto: Afrontamento.
- Le Goff, Jacques. 1984. Documento/Monumento. In *Enciclopédia Einaudi, vol.1, Memória e História*, dir. Ruggiero Romano, 95-106. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Le Goff, Jacques e Pierre Nora (dir.). 1977-1987. *Fazer História*, 3 vols. Venda Nova: Bertrand.
- Le Goff, Jacques e Pierre Nora. 1977. Apresentação. In *Fazer História*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora, 9-14. Venda Nova: Bertrand.
- Lerner, Gerda. 1976. Placing Women in History: a 1975 Perspective. In *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, ed. Berenice Carroll, 357-367. Chicago: University of Illinois Press.
- Mattoso, José. 1993. Introdução ao painel «Estudos sobre as mulheres em Portugal». In *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Autores Vários, 55-57. Lisboa: CIDM.
- Mattoso, José. 2011. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- Muniz, Diva do Couto Gontijo. 2015. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OPIS. Catalão* 15-2: 316-329.
- Muñoz Fernández, Ángela. 2006. Eran los bárbaros buenas personas? A propósito de la Edad Media, la historia de las Mujeres y Joan Scott. In *Joan Scott y las políticas de la Historia*. Ed. Cristina Borderías, 101-138. Barcelona: AEIHM-Icaria Ed.
- Nora, Pierre. 1998. La aventura de Les lieux de mémoire. In *Memoria e Historia*, ed. Josefina Cuesta Bustillo, 17-34. Madrid: Marcial Pons.
- Nora, Pierre. 1999. Les lieux de mémoire. In *L'histoire aujourd'hui*, coord. Jean-Claude Ruano-Borbolan, 343-348. Auxerre : Ed. Sciences Humaines.

- Perrot, Michelle. 1998. *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*. Paris: Flammarion.
- Pinto, Teresa. 2017. Reposicionando mulheres e homens na História Ensinada. In *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*, coord. Cristina C. Vieira, 367-421. Lisboa: CIG.
- Pinto, Teresa e Teresa Alvarez. 2014. Introdução: História, História das mulheres, História de género. Produção e transmissão do conhecimento Histórico. *ex aequo* 30, 9-21.
- Puleo, Alicia H. 2004. Filosofia e género: da memória do passado ao projecto de futuro". In *Políticas públicas e igualdade de género*, eds. Tatau Godinho e Maria Lúcia Silveira, 13-34. São Paulo: Coordenaria Especial da Mulher/ Prefeitura do Município de S. Paulo.
- Ricoeur, Paul. 2000. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Seuil.
- Rosa, José Maria Silva. 2006. Destruição da fatalidade: para um uso crítico da memória. In *A Filosofia de Paul Ricoeur. Temas e percursos*, coord. Fernanda Henriques, 217-228. Coimbra: Ariadne Editora.
- Scott, Joan Wallach. 1988. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In *Gender and the Politics of History*, ed. Joan Scott, 28-50. New York: Columbia University Press.
- Scott, Joan Wallach. 1992. História das Mulheres. In *A Escrita da História. Novas Perspectivas*, ed. Peter Burke, 63-95. S. Paulo: Editora UNESP.
- Sobral, José Manuel. 1998. Memória social e identidade. Experiências individuais, experiências colectivas. In *A História: entre memória e invenção*, coord. Pedro Cardim, 35-60. Mem Martins: Publ. Europa-América.
- Thébaud, Françoise. 2005. Sexe et genre. In *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, dir. Margaret Maruani, 59-66. Paris: La Découverte.
- Vaquinhas, Irene. 2018. Memória e História das mulheres e de Género: uma reflexão a partir do caso português. In *Memória Coletiva. Memória Individual e História Cultural*, org. Rosangela Patriota e Alcides Freire Ramos, 98-129. S. Paulo: Edições Verona.